

Sumário

Número de notícias: 7 | Número de veículos: 5

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tributária vai prever sistema contra sonegação e fraude..... 2

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária (Artigo)..... 4

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Luiza Trajano: não há desespero com política econômica..... 6

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
REFORMA TRIBUTÁRIA

Promessas não dissiparão as incertezas (Editorial)..... 8

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Um governo que começa (Artigo)..... 9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Proposta é do Congresso, com apoio do governo"..... 11

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira elogia relação de Lula com Congresso e vê Bolsonaro diminuído..... 13

Tributária vai prever sistema contra sonegação e fraude

Brasília

A proposta de **reforma tributária** deve prever um sistema de pagamento para diminuir a sonegação de **impostos** e as fraudes no País. O chamado split payment vai possibilitar que o novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que será criado com a reforma para unificar **tributos** atuais, seja recolhido automaticamente no momento da compra.

Pelo mecanismo, o banco separa, já na hora do pagamento, o imposto para os cofres dos governos (federal, estadual e municipal) e o valor destinado para quem forneceu o bem ou serviço.

Na hora que você paga, o montante do imposto é recolhido automaticamente. E a parte que é do fornecedor vai direto para o fornecedor, antecipou o secretário extraordinário para a **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, em entrevista ao Estadão.

No modelo atual, a empresa compradora paga o valor do produto, com o imposto, para o fornecedor, que recolhe o tributo.

A vantagem é que reduz muito o risco de sonegação, porque o próprio recolhimento do imposto se dá no pagamento. A segunda vantagem é que reduz o risco de créditos frios, disse ele, em referência a créditos feitos por empresas laranjas para fraudar o Fisco.

O secretário afirmou que dispositivos do split payment aparecem tanto na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45 quanto na 110 - que estão no Congresso e embasam as discussões de reforma no governo Lula.

Provavelmente (o split payment) deve passar, sim. Não como uma coisa determinativa; vai passar como uma possibilidade, diz. Ele exige uma construção técnica que é perfeitamente possível com a tecnologia que temos hoje, mas exige uma série de ajustes de sistemas, como sistema de pagamento. É uma inovação que está sendo discutida.

Adotado por vários países, o IVA permite que cada etapa da cadeia produtiva pague o imposto referente ao valor que adicionou ao produto ou serviço, evitando tributação em cascata.

A seguir, os principais trechos da entrevista.

O governo vai enviar uma proposta nova de **reforma tributária** ou vai usar as que já estão no Congresso?

O que vamos fazer é apoiar o Congresso na elaboração da emenda constitucional da **reforma tributária** a partir dos textos que já estão lá. O governo vai apoiar o trabalho do relator (deputado Aguinaldo Ribeiro), discutir alternativas, apresentar sugestões.

A proposta será, então, do Congresso?

É uma proposta do Congresso que conta com apoio do governo.

O presidente Lula não tem falado muito de **reforma tributária**, como na campanha. Ele vai entrar em campo e defendê-la?

Eu acredito que sim. É o tempo dele na política. Mas, na hora que for preciso entrar em campo, acredito que entrará, sim.

O governo prometeu que a reforma será neutra, sem aumento da carga tributária. Haverá um gatilho para garantir a promessa?

Vai ter. A cada ano, será fixada uma alíquota com base em cálculos que mostram que se estará mantendo a carga tributária. A alíquota de referência (do novo imposto) terá de ser aprovada pelo Senado todo ano, durante a transição.

A transição durará quanto tempo?

A transição dos **tributos** federais é rápida, imediata. Um ano depois de aprovada de lei complementar, é possível fazer a transição do PIS/Cofins. No caso do ICMS e do ISS, o início demora um pouco, e, a partir daí, ela é feita em quatro ou cinco anos. Suponha que se aprove a emenda constitucional neste ano, e a lei complementar no primeiro semestre do ano que vem: poderia começar a cobrar a CBS (Contribuição Social sobre Bens e Serviços, que deve unir PIS, Cofins e IPI) em meados de julho de 2025, o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços, junção de ICMS e ISS) em janeiro de 2027. A transição estaria completa em 2030

ou 2031, quando deixariam de existir os **tributos** atuais.

Como o governo vai enfrentar resistências setoriais, como serviços e agronegócio?

Embora a discussão tenha começado com o modelo ideal sem nenhuma exceção, sabemos que vão acabar entrando algumas exceções. O tratamento favorecido poderia ser via diferenciais de alíquota, mudanças nas regras de creditamento ou isenção. E, na PEC 110, se abriu mais uma possibilidade: a devolução do imposto, e não é só para as famílias de baixa renda. Poderia ser, inclusive, para setores específicos, como educação.

O sr. apoia essa medida?

Gosto da ideia. Quem vai decidir quais setores vão ter tratamento diferenciado é o Congresso.

Como seria a devolução?

É um cashback para as pessoas. Por exemplo: educação básica para uma família de classe média custa R\$ 700 por mês. Se o imposto é 20%, dos R\$ 700, são R\$ 140 por mês. Devolve-se o imposto incidente na despesa com educação até R\$ 140 por mês. Nesse sentido, é desonerada completamente uma família de classe média baixa, que faz um esforço enorme para ter o filho numa escola privada. Mas uma família rica receberia uma parte de volta do imposto que ela pagou. Essa é uma possibilidade.

A reforma poderá incluir uma trava de segurança para que Estados e municípios não tenham perda de arrecadação com medidas aprovadas pelo Congresso?

Está em discussão. A ideia básica é fazer com que qualquer mudança que reduza a arrecadação dos Estados e municípios tenha de ser compensada com um aumento da alíquota de referência do novo imposto. Se for aprovada uma mudança na lei, como a desoneração da gasolina, teria de aumentar a alíquota geral do imposto. É bom do ponto de vista federativo, porque dá segurança de que não haverá medidas tomadas no âmbito federal que afetem a arrecadação.

Os prefeitos das capitais dizem que não participaram da negociação do acordo do governo com os Estados que compensou em R\$ 26,9 bilhões as perdas com a desoneração do ICMS - tributo compartilhado com os municípios. Eles acham que foi uma sinalização ruim para a governança de um novo tributo .

Mas o que pegou pior foi a desoneração dos combustíveis com recursos dos Estados e municípios.

No modelo em discussão, se tiver alguma mudança que afete a arrecadação dos municípios, vai ter de ter um aumento compensatório.

O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, até mesmo o chamou de técnico autoritário .

Depois mandei uma mensagem para ele. Aí, ele me respondeu. Está tudo em paz com o Paes. Entre nós, está tudo bem.

Notícias Relacionadas:

O ESTADO DE S. PAULO
Tributária vai prever sistema contra sonegação e fraude

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-contenido/2023/03/17/tributaria-vai-prever-sistema-contra-sonegacao-e-fraude.htm>

Reforma tributária (Artigo)

Naercio Menezes Filho, é professor Titular da Cátedra Ruth Cardoso no Insper, professor associado da FEA-USP, membro da Academia Brasileira de Ciências e Diretor do CPAPI, escreve mensalmente às sextas-feiras (email: naercioamf@insper.edu.br)

O Congresso deverá analisar em breve a proposta de **reforma tributária** que está no plenário. A proposta deverá enfrentar dificuldades na tramitação, pois alguns setores perderão arrecadação. Quais são os principais pontos positivos e negativos da proposta? Como funcionará a desoneração da cesta básica e o "cash-back" para os consumidores pobres?

Em primeiro lugar, é importante entender como funciona a estrutura tributária brasileira.

Segundo dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil arrecada 32% do PIB com **impostos**, sendo 14% do PIB com **impostos** sobre bens e serviços, 7% com **impostos** sobre a renda, 8% com contribuições previdenciárias e o restante com demais **impostos**. A arrecadação total brasileira está em linha com a média dos países da OCDE e acima dos demais países latino- americanos.

Mas, isto acontece porque os **impostos** sobre bens e serviços (que são regressivos) são bem maiores do que a média, ao passo que os **impostos** sobre a renda são menores. Ou seja, os pobres pagam proporcionalmente mais **impostos** no Brasil do que nos outros países do mundo. Assim, como o país ainda é extremamente desigual, será necessário, num segundo momento, aumentar os **impostos** sobre os rendimentos dos mais ricos para financiar as políticas sociais e diminuir os **impostos** pagos pelos mais pobres.

A proposta de **reforma tributária** não tem pretensões redistributivas, visando unicamente aumentar a eficiência do processo de arrecadação de **impostos**, o que não é pouca coisa. O sistema tributário brasileiro é muito confuso, o que faz com que as empresas gastem muito tempo para cumprir as regras. Além disto, há vários regimes distintos e distorções.

Assim, a proposta é necessária e se for aprovada trará ganhos de produtividade e crescimento econômico.

Mas é preciso que a sociedade esteja ciente de que a reforma irá alterar preços relativos em toda a economia e poderá ter efeitos distributivos indiretos ao

longo do período de transição. Se o tributo unificado for de 25%, por exemplo, setores que pagam atualmente uma alíquota menor, como muitos serviços, irão repassar o aumento de **impostos** para seus preços e vice-versa. Os repasses das alterações de **impostos** para os preços irão depender do poder de mercado de cada empresa e da sensibilidade dos consumidores a mudanças de preços. E como a cesta de consumo varia muito com a renda, a reforma irá provocar mudanças na distribuição da renda real ao longo do tempo.

Vamos exemplificar com a reoneração dos produtos da cesta básica. Atualmente, os produtos da cesta básica não pagam **impostos** federais. Isto foi feito para diminuir os preços destes produtos e beneficiar os mais pobres. A proposta de **reforma tributária** pretende reonerar estes produtos e devolver o dinheiro dos **impostos** pagos pelos mais pobres, o "cash-back".

A desoneração dos produtos da cesta básica é ineficiente como política social, uma vez que os ricos também compram produtos da cesta e, portanto, também são beneficiados. Além disto, ela distorce os preços relativos, que deveriam refletir a demanda e a oferta dos produtos.

Assim, a proposta de reoneração faz sentido. Mas, ela poderá gerar efeitos não esperados.

O aumento de **impostos** irá elevar os preços dos produtos da cesta básica, o que iria prejudicar os consumidores mais pobres, que gastam uma parcela muito grande da sua renda com estes produtos. Este efeito será anulado pelo "cash-back". Mas, como será feita a devolução do imposto pago? A primeira opção seria transferir eletronicamente o valor do imposto diretamente para a conta corrente dos compradores mais pobres.

Poder-se-ia transferir o dinheiro para a mesma conta em que o consumidor recebe as transferências do programa Bolsa Família, por exemplo.

Ocorre que as empresas no setor informal não pagam **impostos**.

Assim, seu preço não irá subir com a reoneração, o que irá alterar os preços relativos. O consumidor só irá receber o dinheiro dos **impostos** de volta se ele comprar em uma empresa formal.

Assim, o consumidor pobre terá duas opções: comprar com preço mais barato no setor informal ou comprar o produto mais caro no setor formal e receber o dinheiro de volta. Se ele for indiferente entre as duas situações, nada mudará para ele. O preço efetivo irá aumentar somente para os consumidores mais ricos.

Mas se consumidor pobre ficar feliz ao receber dinheiro de volta na hora de comprar um produto, poderá haver um incentivo à formalização das firmas. Isto ocorreu com a nota fiscal paulista, por exemplo, que tinha sorteios para os consumidores que pedissem a nota fiscal. Um artigo importante publicado recentemente (Joana Naritomi, 2019) mostrou que este sistema fez com que as empresas paulistas aumentassem as receitas declaradas para o fisco em 27%.

Uma outra possibilidade seria devolver uma estimativa do imposto pago para todas as pessoas pobres da região, ou seja, aumentar o valor da transferência do Bolsa Família com o valor do imposto médio. Neste caso, porém, como as firmas formais terão preços mais altos, as informais ganharão muitos consumidores, gerando forte incentivo à informalização. Assim, mecanismos específicos de operacionalização do sistema podem gerar grandes diferenças nos preços relativos e nos incentivos.

Em suma, a **reforma tributária** não irá resolver os grandes problemas distributivos do país, e não há problema nenhum com isto, uma vez que as distorções são grandes e a mera resolução destes problemas já deverá reduzir custos e gerar aumentos de renda para todos.

No entanto, é necessário estarmos cientes de que a reforma irá alterar preços relativos, beneficiando consumidores diferentes e gerando efeitos distributivos indiretos ao longo do período de transição. E que aspectos específicos da operacionalização da reforma poderão gerar incentivos positivos ou negativos à formalização.

Naercio Menezes Filho, é professor Titular da Cátedra Ruth Cardoso no Insper, professor associado da FEA-USP, membro da Academia Brasileira de Ciências e Diretor do CPAPI, escreve mensalmente às sextas-feiras (email: naercioamf@insper.edu.br)

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187494>

Luiza Trajano: não há desespero com política econômica

A empresária Luiza Trajano afirmou ontem ao podcast 2+1, do GLOBO e da rádio CBN, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não tomou nenhuma medida até agora que justifique a "paúra" (medo) do mercado financeiro, e que o empresariado do varejo "não está desesperado" com a política econômica do governo.

-Eu não acredito que ele [Lula] vai mexer no déficit público, porque ele sempre levou isso muito certo. E ele quer emprego, quer desenvolvimento, e eu acho que é isso o que o mercado quer.

Nenhuma atitude foi tomada [pelo governo] para poder ter essa paúra. Quando a gente conversa com os empresários, eles estão até mais dispostos a dialogar, entendendo mais o que está sendo feito, Na minha área eu não vejo tanto desespero para falar "não vai dar certo".

Dona do Magalu, Luiza Trajano cobrou responsabilidade fiscal, mas disse que a grande preocupação do setor no momento é com a taxa de juros em 13,75% ao ano.

- O que eu espero é que tenha um cuidado com o fiscal.

Se vai chamar âncora ou outra coisa, eu não sei. Pelo que eu já analisei de outros governos do Lula, ele não vai ter um déficit público, porque ele não é doido. Não está sendo um assunto tão forte no nosso meio. Todo mundo está preocupado é com a falta de mercado, de venda, e sabe que juros altos são o primeiro fator para atrapalhar isso.

SEM AUMENTO DE IMPOSTO

A empresária engrossou o coro pela queda dos juros e disse esperar alguma sinalização do Banco Central nesse caminho.

- Se não tem consumo, não entendo ter um juro que saiu de 2%, 3%, e foi para 12%, 13%. "Ah, mas se os gastos públicos?". Tá bom, mas se você não tiver arrecadação, você também não tem como pagar os gastos. A arrecadação vem das vendas que geram imposto. Então, na realidade, a gente não entende essa taxa de juros. Não conversei com o Banco Central, mas tomara que ele dê sinais que vai baixar os juros.

Luiza disse que está confiante na aprovação da **reforma tributária**, e que vê um ambiente propício para o debate, mas o que ela quer é que "não aumente o imposto para nenhum segmento e facilite as operações".

Na conversa com os apresentadores Vera Magalhães e Carlos Andreazza, a empresária também comentou a denúncia anônima contra o Magalu sobre "práticas comerciais em desacordo com o código de Conduta e Ética", caso que aconteceu a dois dias do anúncio do balanço da empresa para o mercado financeiro.

Apesar da notícia, Luiza garante que não há fraude na Magalu.

- [A denúncia] pareceu uma coisa bem planejada e em um momento muito frágil do mercado. (..) Não tem nada de fraude. Tem alguma coisa que possa ser contábil, mas a gente não viu nada ainda. O mais importante é que nós abrimos, assumimos e começamos o call, que era um resultado maravilhoso do último trimestre, falando isso. Mais uma vez a nossa transparência foi colocada à prova -disse.

Ela falou ainda sobre a participação das mulheres na política. Histórica militante das causas femininas, Luiza contou que o Grupo Mulheres do Brasil, presidido por ela, lançou o projeto "Pula Pra 50%". A ONG dará cursos para mulheres entrarem na política.

-Todo mundo está percebendo que não tem jeito mais. (...) A gente quer 50% de mulheres em cargos políticos.

Prefeitas, vereadoras, deputadas estaduais e federais, senadoras, porque não está certo -afirmou.

A conversa pode ser escutada na íntegra no podcast 2+1, disponível nos sites do GLOBO e da CBN, no aplicativo da rádio e em todos os agregadores de podcast.

Podcast 2+1 está de volta

O podcast 2+1, parceria da CBN com O GLOBO, lançou ontem o primeiro episódio do ano, após mais de 230 mil downloads na primeira temporada.

Comandado por Vera Magalhães, titular do quadro Viva-Voz na rádio e colunista do jornal, e Carlos Andreazza, âncora da CBN e colunista do GLOBO, o podcast propõe uma conversa solta com o convidado, para explorar em profundidade, mas com leveza, as opiniões e histórias do entrevistado.

Na primeira temporada, Simone Tebet deu entrevista poucas horas após anunciar o apoio a Lula no segundo turno. Foi o mais escutado de 2022.

Também foram entrevistados os economistas Arminio Fraga e Marcos Lisboa, a deputada federal Tábata Amaral, a historiadora Lília Moritz Schwarcz, o ex-ministro do STF Carlos Ayres Brito, o futuro ministro da Justiça, Flávio Dino, e o empresário Fábio Barbosa.

-O formato permite que os ouvintes se aprofundem nas ideias de figuras relevantes do cenário nacional - afirma o gerente de Produtos Digitais da CBN, Thiago Barbosa.

O 2+1 pode ser ouvido nos sites do GLOBO e da CBN, no app da rádio, no Spotify, Apple podcasts, CastBox e Alexa.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Promessas não dissiparão as incertezas (Editorial)

O Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre) é centro de excelência de produção de dados econométricos e de pesquisas em macroeconomia.

As opiniões de seus quadros são, assim, um importante termômetro para medir as expectativas em relação ao futuro da economia. No último seminário sobre a Conjuntura Econômica do Ibre, realizado em parceria com o Estadão com a participação dos pesquisadores José Julio Senna, Silvia Matos e Armando Castelar, prevaleceu não o pessimismo, nem tampouco o otimismo, mas um estado de suspensão - porém, com uma conotação mais de apreensão do que de esperança.

O cenário internacional é ambivalente.

Por um lado, há ventos favoráveis ao Brasil, em especial pela alta das commodities e a reabertura da China.

Por outro, está claro que as pressões inflacionárias seguirão em escala global, levando o Fed, o banco central (BC) americano, a alertar para apertos na política monetária.

Didaticamente, J.J. Senna listou seis itens que resumem as dificuldades do BC brasileiro: os juros reais estão altos; a expectativa de **inflação** é alta; as projeções apontam uma **inflação** em "U", ou seja, cai, depois sobe; a **inflação** projetada está acima da meta; os juros nos EUA estão subindo; e, mais importante, o ajuste fiscal, até agora, é só uma promessa.

O governo oscila entre propagandear perspectivas otimistas sobre o crescimento e conjurar de antemão bodes expiatórios para justificar seu possível fracasso, como a política de juros do BC, mas pouco tem feito para gerar expectativas de superávit fiscal sustentável que facilitaríamos a queda dos juros.

Até agora, o que se tem de certeza é o aumento dos gastos calcado no discurso da "herança maldita". Mas a "licença" para gastar R\$ 200 bilhões via PEC da Transição foi muito além da mera recomposição da verba para programas sociais e elevou a projeção do déficit primário para R\$ 231 bilhões. Depois, acenou-se a novas despesas, como o aumento do salário mínimo, combinadas a isenções na tabela do Imposto

de Renda. Não que essas medidas não sejam defensáveis. O problema é que, em relação às medidas consequentes para neutralizar seus impactos nas contas públicas, só há projeções irrealistas sobre o aumento de receitas e um mar de incertezas sobre a **reforma tributária** e, mais urgente, o arcabouço fiscal.

"Nada substitui um ajuste fiscal robusto e no fundo isso significa levar ao extremo o raciocínio original do ministro da Fazenda (Fernando Haddad), a coordenação da política fiscal e da monetária", disse J.J. Senna. "Evidentemente, o ajuste que precisa ser feito é do lado da política fiscal." Esse ajuste logo de início permitiria virar a página da **inflação**, possibilitando ao governo planejar suas políticas com juros mais baixos. De imediato, esse remédio amargo imporá freios aos estímulos estatais ao crescimento e é esse o ônus que o governo quer evitar.

Mas a hesitação só tem prolongado as incertezas, gerando comportamentos erráticos e contraditórios. Por um lado, por exemplo, o governo aprovou a reoneração dos combustíveis. Por outro, a título de compensação, tributou as exportações do petróleo. Mas isso desestimula investidores e traz insegurança jurídica para o setor. Ou seja, em termos de crescimento, os ganhos imediatos hoje custarão o dobro amanhã.

Como afirmou Castelar, "na ausência de alguma coisa que segure o gasto, o governo está tentando aumentar a arrecadação tributária". Mas, com isso, as expectativas de **inflação** seguem subindo.

Se a pressão política sobre o BC levar a um afrouxamento precoce da política monetária, essas expectativas subirão ainda mais. Depois de mais um voo de galinha, isso poderia pôr o País na rota da estagflação em 2024.

O resumo do seminário Estadão/ FGV é simples: não há atalhos, não há mágica. O governo pode bater o quanto quiser no BC, pode lançar mão dos eufemismos que quiser para evitar a temível palavra "teto". Mas sem uma fórmula transparente, clara e inequívoca para o controle dos gastos públicos, as pressões inflacionárias não cederão no grito e os juros seguirão altos.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Um governo que começa (Artigo)

Fernando Gabeira, JORNALISTA

O ano político começa, de fato, com o envio do projeto de arcabouço fiscal ao Congresso e, em seguida, o debate sobre a **reforma tributária**.

Alguns anos começam mais tarde, outros custam a acabar, como o último de Bolsonaro.

Foi prolongado pelos acontecimentos de 8 de janeiro, a tragédia Yanomami e, agora, mais recentemente, o escândalo das joias presenteadas pela Arábia Saudita.

A **reforma tributária** é vista por muitos como um projeto que vai fazer o País avançar, tanto quanto o Plano Real, no passado.

Há um otimismo em relação ao resultado, mas também em relação às possibilidades.

Parece que o tema amadureceu e a maioria no Congresso concorda em aprovar algum tipo de texto nesse sentido.

Como o tema envolve muitos interesses conflitantes, há quem duvide da sua viabilidade, com o argumento de que a reforma foi tentada muitas vezes e fracassou. De fato, há um emaranhado de interesses, mas é difícil de ver o tema com o olhar da história natural, uma simples repetição, como o curso das estações do ano.

Embora ainda não se conheça o texto final, que englobará propostas do governo e as que existem na Câmara e no Senado, há uma dúvida sobre se é possível uma reforma do tipo ganha-ganha: alguém perderá.

O que se sabe até o momento, ao optar pela transparência, é que esse tipo de reforma vai deixar de fora subsídios que enfraquecem o sistema tributário brasileiro. Se for assim, já se sabe quem perderá e as possibilidades de resistência.

Isso sem falar nas dúvidas municipais e estaduais diante de um projeto capitaneado pelo governo federal. Haverá perdas entre os próprios entes federados? Se houver, certamente as coisas ficarão mais difíceis.

Mas será preciso, mesmo, esperar a **reforma tributária** para ter a sensação de um país em movimento? Sem prejuízo do debate, o que é possível

fazer de uma forma mais ou menos independente?

O governo tem insistido em terminar obras inacabadas, a partir, inclusive, de reuniões com governadores. Mas o problema que as paralisa continua de pé: falta de dinheiro. São quase 9 mil obras e completá-las é um desafio que tomará mais de dois anos.

Em todas as reuniões, o governo fala em aumentar o investimento público como uma premissa do crescimento econômico.

Ao menos no discurso, quase não se acentua o papel da iniciativa privada, muito menos as diversas possibilidades de integrá-la no esforço de crescimento.

É como se a responsabilidade toda fosse do governo, quando, na verdade, as grandes parcerias seriam uma forma mais atualizada de tocar o barco.

Um dos campos em que os projetos de parceria poderiam florescer é o do meio ambiente.

Já existe financiamento de governos no Fundo Amazônia, que, além de Noruega e Alemanha, deve incorporar também a ajuda norte-americana.

É uma área em que empresas, fundos de pensão e mesmo personalidades internacionais deveriam ser convidados a contribuir, desde que se formulem projetos atraentes.

Os discursos feitos pelo governo até o momento foram bem recebidos. No entanto, a prática, nestes meses iniciais, ainda não se sintonizou com a teoria - houve um recorde de desmatamento em fevereiro: 322 km².

É preciso andar rápido e bem, porque a extrema-direita recuou após o 8 de janeiro, foi golpeada com o escândalo das joias, mas está sempre pronta a ressurgir. Há um fator que a mantém de pé: a capacidade de racionalizar, de inventar versões positivas para um público aberto a acreditar em tudo o que vem destes subterrâneos da desinformação e das fake news.

Alguma tentativa de manter a fidelidade do público mais pobre certamente será bem-sucedida. É o caso do programa Desenrola, que, em princípio, poderá atenuar a situação de 37 milhões de consumidores inadimplentes. Foi construído para funcionar, inclusive,

com a previsão de um fundo oficial de R\$ 10 bilhões para garantir a dívida.

Outras tentativas, como a ideia de passagens de avião a R\$ 200, não passam de boa intenção.

O próprio Lula advertiu que ideias desse tipo deveriam passar por um exame do governo, inclusive para saber se são prioritárias e, principalmente, se há dinheiro para financiá-las.

O lançamento de ideias embrionárias revela um problema de comunicação interna que, somado às dificuldades de navegar num mundo dominado pelas grandes plataformas e redes sociais, expõe um nó que o governo da frente democrática não conseguiu desatar.

Na verdade, mesmo avançando em projetos como o da **reforma tributária** e em alguns outros campos da administração, as dificuldades de uma boa comunicação tornam-se decisivas nos tempos de hoje. Não se pode atribuí-las de modo genérico às esquerdas. Os russos, por exemplo, desenvolveram táticas tão sofisticadas que acabaram sendo considerados por muitos países uma ameaça mundial nesse campo.

Ainda assim, navegar num tsunami de fake news num período chamado pós-verdade não significa fazer o jogo sujo, como os russos e a extrema direita fazem, mas, ao menos, parar para pensar no assunto e tentar um novo caminho.

Fernando Gabeira, JORNALISTA

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Proposta é do Congresso, com apoio do governo"

**ADRIANA FERNANDES ANNA CAROLINA PAPP
BRASÍLIA**

ENTREVISTA: Bernard Appy, Economista, foi secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda e diretor do Centro de Cidadania Fiscal

O secretário extraordinário para a **reforma tributária**, Bernard Appy, afirmou que a proposta em negociação "é do Congresso, com o apoio do governo", e que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve "entrar em campo na hora que for preciso" pela aprovação da medida. A seguir, os principais trechos da entrevista.

O governo vai enviar uma proposta nova de **reforma tributária** ou vai usar as que já estão no Congresso?

O que vamos fazer é apoiar o Congresso na elaboração da emenda constitucional da **reforma tributária** a partir dos textos que já estão lá. O governo vai apoiar o trabalho do relator (deputado Aguinaldo Ribeiro), discutir alternativas, apresentar sugestões.

A proposta será, então, do Congresso?

É uma proposta do Congresso que conta com apoio do governo.

O presidente Lula não tem falado muito de **reforma tributária**, como na campanha.

Ele vai entrar em campo e defendê-la?

Eu acredito que sim. É o tempo dele na política. Mas, na hora que for preciso entrar em campo, acredito que entrará, sim.

O governo prometeu que a reforma será neutra, sem aumento da carga tributária.

Haverá um gatilho para garantir a promessa?

Vai ter. A cada ano, será fixada uma alíquota com base em cálculos que mostram que se estará mantendo a carga tributária.

A alíquota de referência (do novo imposto) terá de ser aprovada pelo Senado todo ano, durante a transição.

A transição durará quanto tempo?

A transição dos **tributos** federais é rápida, imediata. Um ano depois de aprovada de lei complementar, é possível fazer a transição do PIS/Cofins. No caso do ICMS e do ISS, o início demora um pouco, e, a partir daí, ela é feita em quatro ou cinco anos.

Suponha que se aprove a emenda constitucional neste ano, e a lei complementar no primeiro semestre do ano que vem: poderia começar a cobrar a CBS (Contribuição Social sobre Bens e Serviços, que deve unir PIS, Cofins e IPI) em meados de julho de 2025, o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços, junção de ICMS e ISS) em janeiro de 2027. A transição estaria completa em 2030 ou 2031, quando deixariam de existir os **tributos** atuais.

Como o governo vai enfrentar resistências setoriais, como serviços e agronegócio?

Embora a discussão tenha começado com o modelo ideal sem nenhuma exceção, sabemos que vão acabar entrando algumas exceções. O tratamento favorecido poderia ser via diferenciais de alíquota, mudanças nas regras de creditamento ou isenção. E, na PEC 110, se abriu mais uma possibilidade: a devolução do imposto, e não é só para as famílias de baixa renda. Poderia ser, inclusive, para setores específicos, como educação.

O sr. apoia essa medida?

Gosto da ideia. Quem vai decidir quais setores vão ter tratamento diferenciado é o Congresso.

Como seria a devolução?

É um "cashback" para as pessoas. Por exemplo: educação básica para uma família de classe média custa R\$ 700 por mês.

Se o imposto é 20%, dos R\$ 700, são R\$ 140 por mês. Devolve-se o imposto incidente na despesa com educação até R\$ 140 por mês. Nesse sentido, é desonerada completamente uma família de classe média baixa, que faz um esforço enorme para ter o filho numa escola privada. Mas uma família rica receberia uma parte de volta do imposto que ela pagou. Essa é uma possibilidade.

A reforma poderá incluir uma trava de segurança para que Estados e municípios não tenham perda de arrecadação com medidas aprovadas pelo Congresso?

Está em discussão. A ideia básica é fazer com que qualquer mudança que reduza a arrecadação dos Estados e municípios tenha de ser compensada com um aumento da alíquota de referência do novo imposto.

Se for aprovada uma mudança na lei, como a desoneração da gasolina, teria de aumentar a alíquota geral do imposto.

É bom do ponto de vista federativo, porque dá segurança de que não haverá medidas tomadas no âmbito federal que afetem a arrecadação.

Os prefeitos das capitais dizem que não participaram da negociação do acordo do governo com os Estados que compensou em R\$ 26,9 bilhões as perdas com a desoneração do ICMS - tributo compartilhado com os municípios.

Eles acham que foi uma sinalização ruim para a governança de um novo tributo.

Mas o que pegou pior foi a desoneração dos combustíveis com recursos dos Estados e municípios. No modelo em discussão, se tiver alguma mudança que afete a arrecadação dos municípios, vai ter de ter um aumento compensatório.

O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, até mesmo o chamou de "técnico autoritário".

Depois mandei uma mensagem para ele. Aí, ele me respondeu.

Está tudo em paz com o Paes. Entre nós, está tudo bem.

Site:

<https://correiodigital.rac.com.br/jornal2.php?id=2023-03-17>

Lira elogia relação de Lula com Congresso e vê Bolsonaro diminuído

Cristina Camargo são paulo

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disse que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) perdeu tamanho após as eleições e o fim de seu mandato, em dezembro de 2022.

"É lógico que ele perdeu tamanho", disse ele, um dos principais aliados de Bolsonaro até o ano passado.

Em entrevista à jornalista Miriam Leitão, que foi ao ar na noite desta quarta (15) na GloboNews, Lira amenizou o tom da análise que fez sobre a fragilidade das alianças políticas do governo Lula (PT) no Congresso, e disse que o governo Lula está evoluindo na relação com o Congresso, apesar de ainda enfrentar dificuldades.

Lira já afirmou a empresários que Lula não tem margem mínima de votos ou apoio no Legislativo nem para aprovar leis por maioria simples, muito menos para avançar em matérias constitucionais, como é o caso da **reforma tributária**.

Após a fala em tom crítico, ele e Lula se reuniram em um jantar. Segundo Lira, as conversas com o presidente "sempre são tranquilas e agradáveis". Negou que a pauta tenha sido distribuição de cargos e citou um diálogo sobre questões que interessam ao país.

Apesar de reafirmar a existência de fragilidades na Câmara, Lira agora entende que há avanços e diz acreditar que o governo estará "solidificado" antes da votação da reforma.

Ele elogiou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com quem falou nesta quarta sobre arcabouço fiscal e **reforma tributária**. "O ministro conta com a simpatia dos líderes da Câmara, com a boa vontade em ouvi-lo e prestigiá-lo", disse.

Lira afirmou que Haddad demonstra equilíbrio, tranquilidade e abertura para o diálogo sobre a proposta de regra fiscal elaborada pela Fazenda para substituir o teto de gastos.

Ele disse ainda que está dialogando pouco com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), mas não fica "de mal" de ninguém.

Lira enfrentou o Senado na quarta e sinalizou mudança constitucional para obter acordo sobre a retomada do funcionamento das comissões mistas responsáveis por analisar as MPs (medidas provisórias).

Afirmou em plenário que é preciso que os integrantes das mesas das duas Casas se sentem "democraticamente, educadamente, civilizadamente [para] encontrar um ritmo adequado".

Explicou que considera as comissões mistas antidemocráticas por terem 12 deputados de uma Câmara que tem 513 parlamentares.

"O Senado [com 12 representantes] está super-representado e a Câmara está sub-representada", analisou, lembrando que o Senado tem 81 parlamentares. Disse que briga pelos partidários menores, que não teriam vagas nas comissões.

"Há de se encontrar uma maneira racional de se evitar a volta das comissões mistas, porque elas eram antidemocráticas com os plenários da Câmara e do Senado. E nós vamos encontrar uma maneira, nem que seja fazendo alteração constitucional para ajustar esse tema", disse o presidente da Câmara também nesta quarta.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50218>